Capítulo 51

Brasil: o início da colonização (1530 - 1580)

A partir de 1530, mudou a posição de Portugal em relação ao Brasil. O rei se convenceu de que só poderia manter a posse da terra estabelecendo núcleos permanentes de *povoamento, colonização* e *defesa*. Mas a Coroa também tinha esperança de haver aqui riquezas minerais, em proporções semelhantes às encontradas pelos espanhóis em suas possessões.

1. Colonizar era a solução

Os lucros extraídos no comércio com o Oriente começavam a decrescer. Seria bom que o Brasil substituísse a Índia como fonte de riquezas. As novas terras ficavam a meio caminho para a Índia, o custo do transporte das mercadorias diminuiria bastante. Mas o tipo de exploração teria de mudar, porque havia diferenças de condições entre as duas regiões. Compare:

ORIENTE	BRASIL
População densa e fixa	*População rala e nômade*
Civilização complexa	*Índios na Idade da Pedra*
Produção de excedentes	*Produção para consumo próprio*
Comércio tradicional	*Comércio inexistente*
Modo feudal de produção	*Comunidade primitiva*

No Oriente, Portugal procurava garantir seus privilégios e monopólios no comércio, que lhe davam grandes lucros. No Brasil, não havia com quem comerciar. As comunidades indígenas consumiam o que produziam e só produziam o necessário para si. Nada produziam que servisse como objeto de troca ou consumo na Europa.

A colonização não estava nos planos da burguesia mercantil, que havia impulsionado as navegações. Mas o rei tinha interesse em garantir o domínio de suas terras brasileiras. A única possibilidade era a colonização, apesar das dificuldades a enfrentar. Para dar início ao empreendimento, foi organizada a expedição comandada por Martim Afonso de Sousa, em 1530. Seus principais objetivos foram:

1. percorrer o litoral e, quando julgasse necessário, explorar o interior em busca de ouro e prata;
2. expulsar os franceses que encontrasse;
3. organizar núcleos de povoamento e defesa;
4. aumentar o domínio português até o Rio da Prata, abrangendo portanto terras que não pertenciam a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas.

Voltando do Rio da Prata em 1532, Martim Afonso fundou São Vicente, no litoral do atual Estado de São Paulo. Foi a primeira vila do Brasil.

Como colonizar?

A decisão de colonizar o Brasil foi fácil, difícil foi encontrar a melhor forma de exploração. O produto mais adequado precisava preencher condições básicas: adaptar-se às condições da nova terra; ter aceitação no mercado europeu; ser fácil de produzir e vender.

A experiência de Portugal como produtor de açúcar em suas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde) contribuiu para a escolha do produto e a forma de produção: eram semelhantes as *condições ecológicas* do Brasil e das ilhas; o *açúcar* era das especiarias mais bem pagas e apreciadas no mercado europeu; por seu valor, o açúcar poderia atrair *investimentos*; navios holandeses poderiam colaborar no *transporte*; os índios poderiam ser obrigados a trabalhar na lavoura e, se não se adaptassem, havia os *africanos*, muitos deles já escravizados pelos portugueses.

2. A exploração do açúcar

A grande disponibilidade de terras foi fundamental para determinar o modelo de colonização. Ele se baseava em três elementos: grande propriedade; monocultura; trabalho escravo.

Os portugueses optaram pela *grande propriedade* em razão de alguns fatores básicos: havia terra suficiente; as pessoas que se dispunham a vir para o Brasil, pondo em risco suas posses e sua vida em troca de algo incerto, queriam grandes extensões de terra, para se tornarem grandes senhores e latifundiários; a produção requeria desbravar o terreno, plantar, colher, transportar a cana e fabricar o açúcar, assim só seria lucrativa em plantações extensas.

O estabelecimento da agricultura no Brasil, como em outras áreas tropicais, teve como principal objetivo cultivar um produto de grande valor comercial e altamente lucrativo. Era uma decorrência natural do chamado *pacto colonial*, segundo o qual as *colônias* só poderiam comerciar com suas *metrópoles*. Por isso, todos os esforços deviam concentrar-se na cultura de um só produto, isto é, na *monocultura*.

Inicialmente, tentou-se usar o *trabalho dos índios*. Tinham colaborado de maneira dócil na extração do pau-brasil e o colonizador pensou que o mesmo aconteceria com o trabalho agrícola. Mas eles, aos poucos, não se satisfaziam mais com os objetos recebidos pelo trabalho pesado. Também não se submetiam facilmente às condições exigidas pelo colonizador. A extração do pau-brasil era tarefa esporádica e livre; a atividade agrícola exigia disciplina, organização e vida sedentária. A solução foi aumentar a vigilância para impedir o abandono do trabalho e, depois, a escravização pura e simples. Em pouco tempo, generalizou-se a *escravidão* dos índios.

Eles resistiam, mas, apesar da superioridade numérica, eram derrotados pela superioridade das armas de fogo dos colonos. Em 1570, uma Carta Régia autorizava a escravização de índios presos em *guerra justa*, isto é, iniciada pelos índios ou promovida contra tribos que se negassem a submeter-se aos colonos. O rei simplesmente legalizava a escravidão do índio sob pretexto de defendê-lo. Daí por diante, para aprisionar índios, organizaram-se as chamadas *bandeiras*, expedições que se tornaram um dos principais fatores da atual extensão do território brasileiro.

Na impossibilidade de contar em grande escala com o trabalho indígena e diante da possibilidade de lucrar com o tráfico negreiro, os portugueses de novo lançaram mão de sua experiência: desde o século XV, comerciavam com *escravos africanos*, usados em Portugal para trabalhos domésticos e, nas ilhas do Atlântico, para o trabalho agrícola.

Não se tem certeza de quando chegaram os primeiros escravos africanos, mas sabe-se que, a partir de 1550, começa o comércio regular de escravos entre África e Brasil. Sua introdução foi lenta em alguns lugares, pelo alto custo comparado ao comércio do indígena. Por isso, em regiões pobres e mesmo nas capitanias do norte, a mão-de-obra indígena continuou participando da exploração colonial, especialmente até fins do século XVI. Em 1587, por exemplo, havia na Bahia cerca de 2 000 europeus, 4 000 negros e 6 000 índios.

O alto custo dos africanos se devia mais às condições da viagem. Metade morria no trajeto e muitos chegavam inutilizados para o trabalho; vinham amontoados, acorrentados, mal alimentados e em péssimas condições higiênicas. Os que morriam eram atirados ao mar.

3. O engenho

Livros da Alfândega de Lisboa de 1526 já acusam a entrada de açúcar vindo de Itamaracá, Pernambuco. Mas a grande produção só começa oficialmente com Martim Afonso de Sousa em 1533, em São Vicente. O engenho do governador foi financiado pelo germânico Erasmus.

Centro das atividades de uma propriedade produtora de açúcar, nos primeiros tempos *engenho* era apenas a fábrica. Depois, o termo começou a ser aplicado a toda a propriedade, das terras cultivadas às instalações da fábrica. Às vezes, o proprietário cedia partes das terras a lavradores, que se obrigavam a entregar a cana para moer no engenho, recebendo metade do açúcar produzido. Outros possuíam terras e escravos, mas não o engenho, de instalações caras. Neste caso, pagavam pela moagem da cana.

As principais instalações do engenho são: *moenda*, onde se mói a cana para extrair o caldo; *caldeira*, onde se purifica o caldo; *casa de purgar*, onde se acaba de purificar o caldo. As construções principais são a *casa-grande*, a *senzala*, as *estrebarias* e as *oficinas*.

Nos engenhos médios, trabalhavam entre 80 e 100 escravos e alguns trabalhadores livres, geralmente antigos escravos, como feitores ou capatazes, mestres, purgadores e outras funções.

O número de engenhos aumentou consideravelmente no primeiro século de produção. Já eram 60 em 1570. Depois de dobrar em mais dez anos, tal número quase quadruplicou até 1627: 230. Os favores especiais concedidos aos produtores mostra o interesse do rei de Portugal na lavoura. Os senhores de engenho recebiam terras, isenção de tributos, garantia contra penhora de instrumentos de produção, honrarias, títulos e outros benefícios.

4. As capitanias hereditárias

Apesar das regalias e dos poderes oferecidos a quem quisesse colonizar o Brasil, só pessoas de pouca expressão econômica e social apresentaram-se para a tarefa. Qual seria o melhor plano administrativo da colonização? Os portugueses tentaram mais uma vez aplicar a experiência das ilhas atlânticas.

Em 1534, a costa brasileira foi dividida em quinze faixas de terra, com largura entre 200 e 650 quilômetros, do litoral à linha do Tratado de Tordesilhas. Chamavam-se *capitanias hereditárias*, pois passariam dos donatários a seus herdeiros. Os donatários possuíam grandes poderes: podiam dispor das terras e distribuí-las entre colonos, nomear autoridades administrativas e judiciárias, receber taxas e impostos, escravizar e vender índios, fundar vilas, cobrar tributos pela navegação dos rios, etc.

Havia dois tipos de capitanias: principal, administrada por capitão-general e governador; e subalterna, administrada por capitão-mor ou governador. A constituição político-administrativa tinha por base jurídica a *Carta de Doação* e o *Foral*. Pela Carta de Doação, o rei concedia a administração perpétua e hereditária ao capitão donatário. No Foral, estavam fixados os direitos, foros e tributos que a população pagaria, ao rei e ao donatário.

A maior parte dos donatários não tinha recursos para tal empreendimento. Receberam empréstimos e contribuições de banqueiros e negociantes judeus de Portugal e Holanda. Muitos nem vieram ao Brasil. Dos que vieram, quase todos fracassaram: perderam suas posses e, alguns, até a vida, sem nada realizar. Só dois tiveram sucesso, em parte porque receberam muita ajuda do rei de Portugal e de banqueiros flamengos: Martim Afonso de Sousa, em São Vicente; e Duarte Coelho, em Pernambuco.

Governo-Geral — Um dos grandes problemas das capitanias era o isolamento, que dificultava a defesa contra os índios, em luta por suas terras e contra a escravização. Foi um dos fatores que levaram o rei de Portugal a nomear um governador-geral para o Brasil em 1548; o objetivo era centralizar a defesa do território e a administração da colônia.

Para sede do Governo-Geral foi escolhida a capitania da Bahia de Todos os Santos, comprada dos herdeiros do donatário, que havia morrido. O primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, com quem vieram jesuítas, fundou *Salvador*, primeira cidade brasileira, onde instalou seu governo em 1549. Em 1572, com a morte do terceiro governador-geral, Mem de Sá, o rei de Portugal estabeleceu dois governos, para facilitar a administração: um no norte, com sede em Salvador; outro no sul, com sede no *Rio de Janeiro*. Como a divisão não deu resultados, o governo foi novamente unificado em 1578 e a sede única voltou para Salvador.

Câmaras Municipais — Com o surgimento das primeiras vilas e cidades, organizou-se a administração municipal. Da mesma forma que em Portugal, era dirigida pela Câmara Municipal, composta de três ou quatro vereadores, escolhidos pelos *homens bons* do lugar, quase sempre os proprietários rurais, nunca "os operários, os mecânicos, os degredados, os judeus e os estrangeiros". Um juiz, escolhido da mesma forma, presidia a Câmara.

As autoridades municipais, tais como as autoridades das capitanias, não se submetiam facilmente ao governador-geral; tinham tendência autonomista. Algumas Câmaras chegaram a ter representante em Lisboa.

5. A administração eclesiástica

A história religiosa da colônia começa em 1549, com a vinda dos jesuítas. O primeiro provincial foi o padre Manuel da Nóbrega, conselheiro

de Mem de Sá. As atividades da Companhia de Jesus procuraram dois objetivos: *missionário*, pela fundação de aldeias indígenas, e *educacional*, pela organização de colégios, base da cultura do Brasil colonial.

Com Pero Fernandes Sardinha à frente, instalou-se o primeiro bispado em Salvador em 1552. Ele se desentendeu com os jesuítas a respeito dos índios. Os jesuítas queriam pôr a cristianização em primeiro plano e eram mais tolerantes com os costumes indígenas; o bispo entendia a catequese como instrumento para a conquista do indígena para a cultura européia, achando que só deveria ser batizado quando falasse português, se vestisse e se comportasse como o europeu.

Em 1676, a diocese da Bahia foi elevada à categoria de arquidiocese. No fim do século XVIII, havia no Brasil uma *arquidiocese* (Bahia), seis *dioceses* (Rio, Pernambuco, Maranhão, Pará, Mariana e São Paulo) e duas *prelazias* (Goiás e Mato Grosso).

Questões propostas

1. Por que o rei de Portugal se convenceu de que seria melhor colonizar o Brasil?

2. Que diferenças havia entre as condições apresentadas pela nova colônia e as do Oriente?

3. Que objetivos tinha a expedição de Martim Afonso de Sousa?

4. Por que os portugueses escolheram o açúcar como produto a ser usado na colonização do Brasil?

5. Por que o cultivo da cana se deu em grandes propriedades?

6. Explique o pacto colonial e a monocultura.

7. O que foi a guerra justa? Por que os portugueses recorreram ao tráfico de escravos africanos? Como eles eram trazidos?

8. Descreva o engenho.

9. A respeito das capitanias hereditárias explique: o que eram, como foram constituídas e que resultados trouxeram?

10. Por que o rei de Portugal criou o Governo-Geral?

11. O que eram as Câmaras Municipais? E os "homens bons"?

12. Quais as duas principais atividades eclesiásticas no início da colonização?

Índios numa fazenda.
Gravura de Rugendas.